

## Conjuntura Econômica do Brasil – Junho de 2008

Prof.<sup>a</sup> Anita Kon

A economia brasileira vive na conjuntura um momento consideravelmente favorável. No segundo trimestre do ano, o Brasil recebeu o chamado grau de investimento concedido pelas agências de classificação de risco internacional Standard & Poor's e Fitch. Avaliação da dívida de longo prazo em moeda estrangeira, passou de "BB+" para "BBB-". Isto se deve à situação em que uma série de indicadores macroeconômicos mostrou contínua melhora, particularmente nas contas externas, que tem reduzido a vulnerabilidade em relação aos choques externos e cambiais. O governo se comprometeu a seguir o processo de ajuste macroeconômico com boas perspectivas para o futuro, porém alguns problemas ainda persistem, como o endividamento público que é grande o que compromete a situação fiscal.

O efeito mais direto desta mudança provavelmente será o aumento do fluxo de recursos estrangeiros diretos que entram no país, para aplicações financeiras e para o setor produtivo. Certas empresas brasileiras já contavam com grau de investimento e neste trimestre mais dez empresas também tiveram sua nota elevada pela S&P. Porém, alguns especialistas temem que a nova classificação possa trazer efeitos negativos, pois a entrada de mais capital e a oferta de crédito em expansão, fazem com que a taxa de câmbio, já apreciada, se valorize ainda mais, prejudicando as exportações.

Reformas importantes devem ser implementadas, como a da Previdência e a tributária e na conjuntura o maior desafio é a inflação, que começou a subir por causa da disparada do preço dos alimentos em todo o mundo e da maior demanda interna. O Banco Central (BC) está comprometido com a manutenção de baixas taxas de inflação e o Copom (Comitê de Política Monetária do BC) vem elevando gradativamente a taxa de juros que se situa em 12,25% ao ano.

Apesar da situação de recessão nos EUA, o Brasil está em boa posição, pois o crescimento mundial tem sido dado pela economia asiática, que apesar de diminuir o ritmo, seguirá forte, e garantirá o fluxo comercial com o país. A vulnerabilidade externa do Brasil é menor e com a previsão e maior entrada de investimentos diretos o balanço de pagamentos será compensado pela queda nos saldos comerciais que vem sendo verificada em relação ao ano de 2007. A tendência é o investimento estrangeiro direto, que é um capital estável, financiar o déficit em transações correntes.

Os exportadores brasileiros temem que a provável entrada de mais capital estrangeiro no país, possa tornar negativo o saldo da balança comercial no decorrer do ano, pois a entrada de mais capital estrangeiro no país resultará na valorização do real em relação ao dólar, o que aumenta a dificuldade para competir no mercado externo. Esta provável apreciação do real vai agravar principalmente as exportações de produtos manufaturados, que já estão em queda, desde que as *commodities* continuam com preços favorecidos. Nos primeiros quatro meses do ano, o superávit da balança comercial já havia encolhido 64,5% em comparação com igual período de 2007, como resultado, em grande parte, da desvalorização do dólar, que favorece as importações em detrimento das exportações.

Uma semana após ser classificado como grau de investimento, o Brasil conseguiu ontem emitir nos mercados financeiros dos EUA e da Europa US\$ 500 milhões em títulos da dívida pública a juros de 5,299% ao ano, que corresponde à menor taxa já paga por um título brasileiro. As empresas que mais se beneficiaram pela nova situação do grau de investimento foram as ligadas aos setores de construção e comércio, pois as ações das companhias desses dois segmentos ficaram entre as cinco mais valorizadas da bolsa de Valores brasileira. Em geral, as empresas brasileiras devem por em ação projetos que estavam parados, com a possibilidade de captar recursos mais baratos no exterior e de atrair investidores estrangeiros e retomem os planos para fazer IPO (oferta inicial de ações).

Internamente, a arrecadação federal vem se elevando e atingindo novos recordes, devido principalmente ao crescimento econômico, que refletiu no maior volume do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (tributos que incidem sobre a lucratividade das empresas) e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

O aumento na taxa de juros ainda não abalou significativamente o otimismo dos empresários do setor industrial, pois o Índice de Confiança na Indústria manteve-se praticamente inalterado, com ligeira oscilação negativa, pois apesar de já mostrar tendências a decrescer, a demanda interna ainda está alta.

Porém a previsão da tendência é que haja piora na confiança nas próximas análises, em razão da alta dos juros e por outro lado após crescimento acelerado em 2007, a indústria está em fase de acomodação e deve expandir-se em ritmo menor.

A grande preocupação dos agentes econômicos no momento é o aumento da taxa de inflação e a tendência do governo é elevar a meta de superávit primário que atualmente é de 3,8% do Produto Interno Bruto. O IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) foi pressionado especialmente por altas de produtos industriais no atacado (anteriormente a inflação estava concentrada nos produtos agrícolas), pois em 12 meses, o índice superou 10%, a maior variação desde março de 2005. O aumento reflete um ciclo internacional de alta acentuada do preço das matérias-primas, que afeta primeiro os custos no atacado e chega, depois, aos índices ao consumidor. Analistas do mercado financeiro e também o Banco Central já projetam uma inflação acima de 5% para este ano, porém continua dentro da meta estabelecida pelo governo. Também com relação ao IPCA, índice oficial de inflação a previsão é de que haverá elevação para 4,50%.

Esta inflação indica uma pressão de demanda, diante do que, como visto, o BC vem tentando frear com a elevação dos juros. Uma grande preocupação do BC é que os aumentos no atacado cheguem ao varejo. Como consequência, os analistas também preveem uma elevação nas suas projeções sobre os juros para este ano, mas para o ano que vem as previsões são de uma queda mais lenta dos juros, mas também projetam também um crescimento um pouco mais alto para a economia neste ano. A previsão é de que a taxa oficial de juros Selic tenha aumentos gradativos para reduzir o crescimento excessivo do consumo e as demandas das famílias por crédito, pois já estão bastante endividadas. Em maio, o volume de crédito atingiu R\$ 1 trilhão, que representa 36.1% do PIB, recorde de endividamento.

O Índice de Confiança do Consumidor teve queda no período, em todas as faixas de rendimentos, tendo em vista o aumento nos preços dos alimentos e a alta na taxa de juros, que encarece os financiamentos, correspondendo à primeira queda após oito meses de alta. Como consequência o aumento nos preços dos alimentos começa a afetar o consumo das famílias brasileiras. A inflação medida pelo Índice de Preços de Consumo Ampliado (IPCA, índice oficial) mostra no primeiro quadrimestre do ano alta de 4,4% nos preços do grupo alimentos e bebidas para 2,1% do índice geral.

A cesta básica mostrou em abril (último dado publicado) um aumento em todas as regiões pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, acima de 6,5%, com exceção da região de São Paulo que teve aumento menor (1,73%), porém é a região em que a cesta básica é a mais cara. O aumento dos preços dos alimentos, higiene e limpeza, que começou a impactar o volume de vendas dos mercados e reduzir os gastos familiares, principalmente da classe de menores rendimentos, vem afetando o setor de supermercados.

O saldo da balança comercial começou a mostrar queda no superávit que apenas foi diminuída pelas exportações de *commodities* agropecuárias (grãos e cana) e minerais que apresentam preços elevados e deram algum alívio às contas externas do país. A tendência é a continuidade de redução do saldo devido ao déficit do setor de manufaturados, causado pela aumento das importações. Em maio, houve uma certa recuperação no superávit comercial que chegou um aumento considerável de 134% em relação ao mês anterior, porém o saldo comercial ainda foi inferior ao do mesmo período de 2007, afetado pelo câmbio, pois o dólar barato estimula mais as importações.

A indústria vem dando sinais de desaceleração em boa parte das regiões. Na avaliação do Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial, a última pesquisa industrial realizada em abril indicam que, excetuando-se o crescimento continuado de bens duráveis, a indústria brasileira mostra uma estabilização de taxa de crescimento, que ocorre nos casos de bens de capital e bens intermediários. No grupo de bens semiduráveis e não-duráveis verificou-se um processo de queda. Como contrapartida, as importações da indústria brasileira bateram recorde em 2007 e correspondem a 20,3% do consumo no país de bens industrializados, em detrimento da produção nacional. Os setores que puxaram o aumento das importações no consumo foram os intensivos em tecnologia (materiais elétricos, equipamentos eletrônicos, instrumentos médicos e de automação industrial) e os que são intensivos em escala, como veículos, metalurgia e química.

**EITT/PUCSP – Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia**  
**Contatos: [anitakon@pucsp.br](mailto:anitakon@pucsp.br) - São Paulo/Brasil.**  
**Assistente de pesquisa: Emmanuel Nakamura**